

29 NOV 1997

Gesto sensato

Economia
ECONOMIA
O pronunciamento de ontem do presidente Fernando Henrique Cardoso à nação, anunciando que acatará ponderações de parlamentares quanto a alguns dispositivos do pacote fiscal, estabelece novo padrão nas relações entre Executivo e Legislativo. O gesto presidencial, assim como antes o dos parlamentares, com suas críticas construtivas, traduz maturidade e ânimo democrático. Prevaleceu o bom senso.

A tradição republicana brasileira tem sido, ao longo de sucessivas administrações, exatamente oposta. De regra, o Executivo procura impor seus pontos de vista, reagindo a eventuais propostas em contrário com acusações e ameaças.

O Congresso, por sua vez, procura, em contrapartida, estabelecer o ambiente de barganha, criando dificuldades para, como se diz no jargão político clássico, vender facilidade. Desta vez, há algo de diferente acontecendo, que merece registro e aplauso.

O pacote fiscal, editado na seqüência imediata da primeira crise asiática, contendo medidas duras e impopulares, foi recebido com realismo: remédio amargo para situação igualmente amarga. O governo o propôs sob pressão dos acontecimentos, sem folga de prazo para escoimá-lo de eventuais imperfeições.

O Congresso, incluindo-se aí a base parlamentar governista, recebeu-o levando em conta tais limitações. Houve críticas, algumas até apaixonadas, mas em nenhum momento buscou-se barganhar com algo tão sério. Os apelos para que o Legis-

lativo fizesse jus às suas responsabilidades não foram em vão.

O pacote foi — e continua sendo — examinado com seriedade e critério. Algumas das críticas, acompanhadas de propostas alternativas, obtiveram eco junto ao Executivo. Fato raro, como já foi dito. A fala do presidente reflete a maturidade do momento.

O presidente admitiu, por exemplo, que é possível rever aspectos referentes ao aumento do imposto de renda. Considerou justo — ele, que é um intelectual — que se reveja a redução de incentivos à cultura, dissociando-os de outros incentivos fiscais, de alcance social distinto. Aceitou também as críticas referentes ao aumento da taxa de embarque para viagens ao exterior. A relação custo-benefício, nesse caso, é claramente desfavorável e seria sem dúvida mais um fator a conspirar contra a indústria do turismo no país.

Não obstante o uso ainda abusivo das medidas provisórias, um instrumento concebido para funcionar em regime parlamentarista, o governo sentiu a necessidade de dialogar com o Congresso. Poderia, valendo-se do expediente das MPs, empurrar goela abaixo da nação o pacote em sua inteireza, sem concessões ou aperfeiçoamentos.

É mais sensato e legítimo, no entanto, trabalhar em parceria. Tal é a essência da democracia. A crise econômica e o quadro de instabilidade e incerteza que gera aconselham aos governantes que se mantenham mais perto da sociedade. Ao admitir emendas ao pacote, Fernando Henrique mostrou-se sensível a essa evidência.